CIP
CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

INDÚSTRIA EXTRACTIVA

Edição Nº 21 - Setembro 2020 - Distribuição Gratuita

Task-force para Resposta ao Conflito Armado em Cabo Delgado deve Ser mais Abrangente

- Memorando de Entendimento entre o Governo e o Operador da Área 1- ignora o impacto do conflito em outros pontos da Província

Imagem retirada do google, sujeita a direitos de autor

Por: Inocência Mapisse

Contexto

O governo de Moçambique assinou com a Total E&P Mozambique Área 1, um Memorando de Entendimento (MdE) para uma força conjunta que garanta a segurança do projecto de gás natural do consórcio da multinacional francesa Total, em Cabo Delgado.

De acordo com o anúncio feito pela Total[1], este memorando de entendimento prevê uma força-tarefa (Task-force) conjunta com vista a garantir a segurança das actividades do projecto Mozambique LNG em Afungi e em toda área mais ampla do projecto. Ainda de acordo com o mesmo comunicado, o papel da Total cinge-se ao apoio logístico ao grupo e cabe ao Governo a responsabilização pela mobilização do pessoal da Força-Tarefa Conjunta que deve actuar de acordo com os Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos.

1 https://www.total.com/fr/medias/actualite/press-releases/total-signs-agreement-government-mozambique-regarding-security

* Em caso de dúvidas, sugestões e questões relacionadas a esta nota, contacte: **inocencia.mapisse@cipmoz.org**

Análise

De acordo com o anúncio feito pela Total, o memorando, para além de garantir a segurança do investimento, trabalhadores e localidades circunvizinhas ao projecto é uma forma de demonstrar o compromisso do projecto no cumprimento dos seus marcos de maneira segura, criando oportunidades locais e trazendo benefícios sociais e económicos significativos para a província de Cabo Delgado, em particular, e para o país no geral. Porém, mais uma vez, o Governo prefere escudar-se na narrativa da segurança nacional, evitando o envolvimento dos diferentes actores, quer sejam locais ou nacionais.

O memorando cinge-se apenas aos interesses da Área 1 e ignora o impacto do conflito em outros pontos da Província - Tratando-se de um documento importante que prevê medidas face ao conflito em Cabo Delgado, com vista a proteger os investimentos realizados naquela província e garantir os benefícios da exploração de recursos de uma forma geral, seria de esperar que o mesmo envolvesse outras empresas que igualmente operam naquela zona do país. É preciso considerar que os distritos e localidades estão interligados, tanto no que diz respeito a movimentação de pessoas (deslocadas e não só), como no que concerne a via de acesso de bens e serviços.

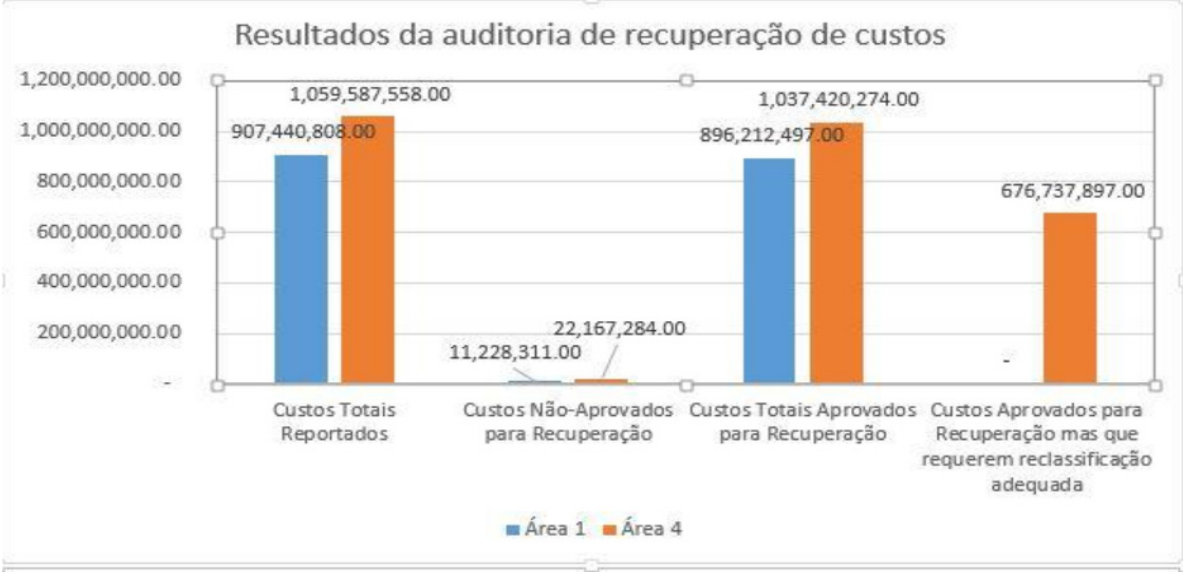
Importa realçar ainda que a implementação do MdE terá impacto directo na vida das comunidades locais, do empresariado da província, e não só, na capacidade de fiscalização do Instituto Nacional de Petróleos (INP), do Instituto Nacional de Minas e na vida dos moçambicanos em geral.

Igualmente coloca-se em perigo a soberania do Estado e a capacidade de controle das actividades das empresas em Cabo Delgado, ao se delegar assuntos de segurança nacional a uma única empresas com interesses estritamente privados.

Neste contexto, tendo em conta os objectivos do MdE, o CIP recomenda o envolvimento de outras empresas do sector, que pela via da Câmara de Petróleo e Gás e Câmara de Minas, quer por outra via que seja abrangente aos demais empreendimentos, porque o conflito armado na província de Cabo Delgado afecta não só os interesses na Área 1, mas, todos os outros projectos de mineração e hidrocarbonetos e ainda as outras actividades como turismo, pesca, transportes e outras. Neste sentido, uma coordenação conjunta destes sectores produziriam melhores resultados.

Despesas resultantes do MdE devem ser reguladas - Outra questão que merece atenção é que tanto as atribuições da Total, no âmbito do MdE, bem como a situação de insegurança em Cabo Delgado irão pressionar o volume de despesas operacionais das multinacionais na componente de segurança. Essa pressão irá inflacionar os custos recuperáveis e de alguma forma reduzir os ganhos fiscais esperados da exploração do gás natural na bacia do Rovuma. O facto de se manter o MdE como um documento confidencial dificulta ainda mais a monitoria aos custos recuperáveis, por parte do regulador (INP), tanto sobre o ponto de vista de elegibilidade como no que concerne aos próprios custos.

A nível de custos, o relatório elaborado pelo INP apresenta mais de 900 milhões de dólares em custos recuperáveis declarados pelo operador da área 1 referentes aos anos de 2015, 2016 e 2017. No Entanto, cerca de 11 milhões de dólares (1,2%) foram classificados como não recuperáveis o que implica a minimização do encaixe de receitas para o Estado. (Vide gráfico abaixo)



Fonte: INP, 2020

Presume-se que com a intensificação do conflito armado em Cabo Delgado as despesas voltadas para garantia da segurança nos projectos de gás tenham aumentado o que irá aumentar o valor dos custos recuperáveis reduzindo as receitas do Estado, provenientes desta fonte.

No caso da Total, na área 1 da Bacia do Rovuma, o aumento dos custos será agravado pelos custos a que a empresa irá incorrer na materialização do MdE com o governo que consequentemente irá inflacionar os custos recuperáveis reduzindo ainda mais as receitas do Estado. Esse cenário tem lugar num contexto em que há fraca capacidade do regulador em certificar atempadamente a conformidade dos custos recuperáveis declarados pelas empresas. Com a situação do conflito os desafios de certificação destes custos tornam-se maiores.

Considerações Finais

A Total assinou o MdE com o Governo cujo objectivo central prende-se a uma resposta ao conflito na área em que esta opera. Se por um lado são perceptíveis as suas preocupações em relação a este tema, porque as suas operações estão concentradas na península de Afungi no distrito de Palma, podendo estar vulnerável a potenciais ataques, por outro lado, entende-se que qualquer iniciativa por parte do Governo para conter a insurgência naquela província deve ser desenhada de uma forma abrangente.

Sendo assim, o CIP recomenda maior coordenação entre o Governo e as empresas do sector extractivo em particular e o sector privado no geral, através do estabelecimento de uma plataforma (task-force) que seja mais abrangente, que pela via da Câmara de Minas e de Petróleo e Gás ou outra que se seja mais eficiente.

CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Parceiros:

Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra
Embaixada da Suíça em Moçambique

OXFAM

UKaid
from the British people

EMBAIXADA DA NORUEGA

Suécia
Sverige

Reino dos Países Baixos

agir
PROGRAMA DE ACÇÕES PARA UMA GOVERNAÇÃO INCLUSIVA E RESPONSÁVEL

OSISA
Open Society Initiative for Southern Africa

Informação editorial

Director: Edson Cortez
Autora: Inocência Mapisse

Revisão de Pares: Rui Mate, Edson Cortez, Borges Nhamirre

Revisão Linguistica: Samuel Monjane

Propriedade: Centro de Integridade Pública

Rua Fernão Melo e Castro,
Bairro da Sommerschield, nº 124
Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917
Cel: (+258) 82 3016391
@CIP.Mozambique @CIPMoz
www.cipmoz.org | Maputo - Moçambique